

# Luiz Francisco Rebello

## A vida reclamada | Contra a censura e a morte civil

SEBASTIANA FADDA\*

Cruzam-se, em 2024, duas efemérides marcantes para quem defende os valores democráticos, o papel decisivo da cultura no desenvolvimento dos indivíduos e, por extensão, nas sociedades humanas. Referimo-nos, em concreto, aos 50 Anos do 25 de Abril e ao Centenário do Nascimento de Luiz Francisco Rebello<sup>1</sup>. Ao olharmos para a primeira, verificamos o desejo e vontade alargados de se manter a reflexão sobre as consequências da ditadura no quotidiano do país e dos cidadãos, em especial para contrariar e prevenir uma tentação totalitária difusa, enquanto a segunda testemunha os reflexos daquela numa experiência paradigmática, marcada pelos constrangimentos infligidos aos intelectuais de esquerda que preterissem o exílio<sup>2</sup>, pois quem ficasse sabia que, de um modo ou doutro, sempre pagaria caro o preço pelo seu posicionamento.

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Centro de estudos de Teatro. Trabalho realizado no âmbito do CEEC FCT 2018.

1 Outros eventos poderiam ser evocados – os supostos 40 anos da Associação Portuguesa de Críticos de Teatro, os 30 do Centro de Estudos de Teatro e os 20 da *Sinais de cena*. Refira-se que a APCT, registada em 1984, embora activa bem antes dessa data, após percurso irregular aparenta ter futuro incerto; o CET foi fundado por Osório Mateus e apenas quem privou com ele, participando a seu lado na criação do projecto, apoiando-o e acompanhando a sua evolução, terá habilitação e autoridade para dele falar com lucidez, isenção e integridade intelectual; a *Sdc* está ligada aos destinos da APCT e do CET. O Dr. Rebello co-fundou a APCT e colaborou na *Sdc*.

2 Houve intelectuais e opositores políticos (p. ex. Agostinho da Silva, Jorge de Sena, Hélder Costa, Álvaro Cunhal, Mário Soares...) que

O esforço para explorar, resgatar e interpretar materiais e documentos da longa noite inaugurada pela Segunda República, embora se tenha manifestado em concomitância com a euforia revolucionária, tem vindo a multiplicar-se ao longo das décadas. Nestes últimos anos, e um pouco pelo país inteiro, tem havido iniciativas nesse sentido por parte de entidades públicas (como a Biblioteca Nacional de Portugal, as Bibliotecas e Universidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro e Nova de Lisboa, as Câmaras Municipais), bem como particulares (é o caso da impressionante Biblioteca/Arquivo Ephemera de José Pacheco Pereira e da firme Livraria Buchholz), que vêm organizando exposições, congressos, ciclos e encontros vários dedicados ao Estado Novo e à Censura. No que aos livros proibidos diz respeito, assuntos e autores visados, nacionais e estrangeiros, são decidida e largamente díspares, tal como os critérios e razões que decretavam o seu silenciamento: atentados à decência e à moral, linguagem indecorosa e chocante, afrontas ao regime e à sua conduta, e tudo o mais que pudesse desvirtuar o seu zelo edificante, restando a sua missão evangelizadora ou corrompendo os comportamentos e mentalidade do povo. Aliás, o próprio Decreto aprovado a 6 de Maio de 1927, que autorizava a instauração da censura prévia ao teatro, enunciava as funções da Inspeção Geral dos Teatros, entre as quais haveria a de «Fiscalizar os espectáculos e promover a repressão de quaisquer factos ofensivos da lei, da moral e dos bons costumes» (Art. 4.º, alínea 11), para mais tarde o Decreto de 11 de Abril de 1933 justificar os preceitos que guiariam a acção expurgatória:

A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a

---

escolheram exilar-se, mas também militares desertores em desacordo com a política colonial do governo (cf. Cardeira 2021 e 2024).

desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade. (Art. 3.º)

Em Abril de 2004, para celebrar os 30 anos da Revolução, a Assembleia da República organizou uma exposição sobre livros censurados e apreendidos durante o Estado Novo, vindos de colecções particulares e públicas – Fundo PIDE/DGS da Torre do Tombo, Fundo Piteira Santos, Fundação Mário Soares e Biblioteca da AR –, cujos documentos fornecem um vasto leque de motivos aduzidos pelos censores para fundamentarem as suas decisões (v. o respectivo catálogo editado ao cuidado de Ferrão *et al.*, 2005). Segundo uma lista reunida por José Brandão (2012), entre 1933 e 1974 foram proibidos 900 títulos, assinalando vários decretos e leis sobre a censura à imprensa visando a repressão aos periódicos, às tipografias e à distribuição, tecendo-se assim as malhas de uma espessa rede quase impossível de transpor.

Uma outra exposição, realizada em 2022 pela Biblioteca Nacional, cumpriu intuítos pedagógicos e culturais análogos aos da Assembleia da República ao apresentar obras e relatórios de leitura produzidos no período 1934-1974. A este respeito, Álvaro Seiças refere a existência de mais de 10.000 fontes atinentes a autores portugueses, lusófonos ou de outras nacionalidades que circulariam nas línguas originais ou em tradução, cujo destino – como é sabido – podia ser a aprovação, com ou sem cortes, proibição, reprovação após autorização ou permissão após interdição. Ao olhar para o fenómeno na sua dimensão ibérica, este autor repara que, «(t)al como o ‘letricídio’ que Fernando Larraz identificou em relação à censura franquista, as obras expostas demonstram o atentado que o regime de Salazar e Caetano cometeu deste lado da fronteira.» (2022)<sup>3</sup>.

---

3 «[https://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1682%3Aexposicao--biblioteca-da-censura](https://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1682%3Aexposicao--biblioteca-da-censura)».

Saído pela primeira vez em 1979, o livro *Os segredos da censura* esgotou rapidamente, tendo merecido duas reedições, em 1994 e 2016, devido ao interesse da matéria tratada. O seu autor, o jornalista, escritor e poeta César Príncipe, reúne uma importante amostra de telegramas telefonados pela Comissão de Exame Prévio do Porto ao *Jornal de Notícias* entre dia 1 de Maio de 1967 e 24 de Abril de 1974, acrescentando circulares dos CTT – Direcção dos Serviços de Correios – «sobre Livros e Revistas proibidos de circular». Dos primeiros emerge uma realidade no mínimo bizarra, expurgada e sublimada, que os censores pretendiam promover junto dos leitores: neste jardim à beira-mar plantado não havia calamidades, doenças ou suicídios, nem greves, protestos ou emigração; não havia atropelo dos direitos fundamentais nem repressão das vozes discordantes; não existia o partido comunista e não havia presos políticos, nem intelectuais e pessoas comuns cujo nome fosse proibido, executados do ponto de vista moral e cívico de forma cirúrgica, covarde e ofensiva. Obviamente não havia censura e, se algo fosse vetado, omitiam-se os pretextos. César Príncipe assim encerra o seu prefácio à segunda edição com palavras não isentas de ironia, mas de travo amiúde amargo:

Estes *Segredos da censura* constituem um libelo e uma lição. Mas também um aviso: não há Censura que conserve os seus segredos. E agora, leitor, aprecie as tarefas «ciclópicas» dos censores. Arrepiar-se-á. Rir-se-á. Mas não se distraia com algumas passagens ridículas. Está a ler a cartilha de criminosos. Um receituário-herança de milénios de sabedoria dos opressores. Identifique-os. Alguns ruminam a seu lado. Já foram ou são candidatos a «coronéis». (1994: 25)

Resgatar a memória é um dever cívico, mas também um exercício de liberdade, necessário para impedir o branqueamento ou a reescrita do passado, adulterado *ad hoc* por ignorância ou oportunismo. Daí o facto de a Presidência do

Conselho de Ministros ter divulgado na década de 80 elementos que mostram a proporção da violência do regime através da edição de uma colecção dedicada à vida em Portugal, em volumes relacionados com a política da informação (1980), os livros proibidos (1981a), os presos políticos (1981b), a repressão política e social (1982), a legislação repressiva e antidemocrática (1985).

Já antes do 25 de Abril, e assiduamente até à data, foram sendo editados testemunhos, estudos e documentos que iluminam a negra teia de aranha urdida pelo regime para controlar, manipular e sufocar os portugueses com todos os meios a seu alcance: leis de imprensa e censura<sup>4</sup>, novos meios de comunicação, diversão e doutrinação (teatro, cinema, rádio e televisão)<sup>5</sup>, órgãos de propaganda, Igreja, vigilância e repressão policial e militar, informadores e delatores da PIDE<sup>6</sup>...

No campo específico do teatro, a historiografia e a arquivística, aliadas às novas tecnologias, permitem conservar e valorizar o património assegurando o rigor na classificação, divulgação e interpretação das fontes, contribuindo para a democratização da cultura<sup>7</sup>, embora mantendo-se e articulando-se

---

4 V. Carvalho (1971, com A. M. Cardoso, 1973 e 1999), Príncipe (1994 (1979)), Azevedo (1997 e 1999), Barros (2022) e Aranha (2023).

5 V. Castrim (1996); Santos (2004 (2002)), António (2011), Cabrera (2013) e Piçarra (2015).

6 Retratam o tempo dolorosamente imóvel da ditadura os ensaios de Pimentel (2010, 2011, 2017 e 2022).

7 Assim, pela exploração de vários arquivos, José Camões vem construindo os projectos sobre Teatro Proibido e Censurado em Portugal nos Séculos XVIII (2015), XIX (2018) e XX (em curso) (cf. *sitiografia*), cuja consulta revela processos e modalidades de funcionamento dos organismos de controlo e repressão durante séculos, exibindo as razões que «justificariam» a especial desconfiança e policiamento das artes do palco pelos inspectores nomeados para o efeito, em documentos úteis «para a história do teatro, da literatura e da língua, mas também para a história das mentalidades.» («<https://ceteatro.pt/projecto/tpcxviii/>»). Sobre a intervenção censória no teatro do séc. XVIII, v. também Carreira 1988.

produtivamente com o objecto livro, sendo pertinente destacarem-se ao menos dois deles.

Luiz Francisco Rebello publicou *Combate por um teatro de combate* (1977), denunciando os entraves prescritos por Leis e Decretos, fiscalizados pela Inspeção-Geral dos Espectáculos, bem como as suas repercussões no teatro que houve e no que não chegou a haver, responsabilizando o autoritarismo pelos abusos, imposições e omissões com os quais fabricou um país virtual, que por detrás da fachada ocultava as circunstâncias miserandas em que se afundava o país real.

A suspeição, como muito bem demonstra Graça dos Santos no seu estudo *O espectáculo desvirtuado: O teatro português sob o reinado de Salazar (1933-1968)* (2004), é uma das características do ditador, cuja ascensão, marcada por um ideário retrógrado, moralista e imobilista, colonialista e corporativo, aposta em enaltecer o provincianismo, a frugalidade e a vida honrada em sintonia com a religião. A tríade «Deus, Pátria e Família» emite as normas e modelos a que os portugueses devem aspirar, «A Bem da Nação», de acordo com as assinaturas dos diligentes serviços do Estado.

Graça dos Santos, ao indagar as condicionantes da censura ao teatro, comprova a competência de António Ferro, homem culto, cosmopolita, bem sucedido e relacionado, que se afirma como intelectual modernista até se tornar no ideólogo da «Política do Espírito» do regime, transitando da poesia da acção à encenação da cultura oficial. Ferro é um perfeito estratega, tem clara percepção da magnitude e alcance de uma máquina de propaganda organizada e certa: em 1934 institui o Secretariado de Propaganda Nacional, renomeado Secretariado Nacional de Informação, Cultura e Turismo em 1944 e que dirige até 1950; em 1936 funda o Teatro do Povo, com estrutura desmontável apropriada para a itinerância, e o Cinema Ambulante; em 1940 cria a Companhia Portuguesa de Bailado Verde Gaio; em 1950 lança o Fundo de Teatro, para fomento da produção teatral, mas cujo regulamento para aceder-se ao apoio iria favorecer as empresas comerciais (v. Moura 2007).

Outra grande encenação, desta feita organizada por Salazar, é a imponente Exposição do Mundo Português, que em 1940 celebraria os oitocentos anos da Fundação Nacional e os trezentos da Restauração da Independência, consagrando e exibindo o poder do Estado Novo, depositário dessas heranças. No início dos anos 30 começa também a testagem da radiofonia pública, com a Emissora Nacional a estreitar a programação regular em 1935, avançando em meados da década de 50 os testes para as transmissões televisivas, que entram nas casas dos portugueses a partir de 1957, tornando-se mediadores poderosos que dão voz e imagem aos padrões e mandos do regime. Aliás, todas estas iniciativas conjuntas participam no processo de «alfabetização», *id est* de doutrinação, dos mais pobres e excluídos: o teatro e o cinema são levados até aos lugarejos mais recônditos, a Emissora Nacional e a Radiotelevisão Portuguesa amplificam a persuasão domiciliária com mensagens e imagens nacionalistas glorificadoras do «nobre povo» destemido, que expandiu os horizontes conhecidos, agora guiado e protegido pela mão firme e paternalista do Chefe da Nação com a bênção da Igreja. Já o sabiam os antigos romanos, que oferecendo ao povo «pão e circo» comprariam a sua mudez e subserviência. Aliás, bem se entende a fortuna do teatro de revista nessa época e o seu declínio em democracia, destronado por um templo do consumo (foi este o caso do Teatro Adóque, 1974-1982), convertido em parque de estacionamento ou votado ao abandono (como sucedeu ao Parque Mayer [1922], recinto de recreio agora em fase de requalificação). Como sublinha Luiz Francisco Rebello na sua *História do teatro de revista em Portugal* (1984 e 1986), este género prestava-se a dar voz ao humor quer dos conservadores, quer dos progressistas, justificando a fúria esforçada do lápis azul para reprimir ou mostrando-se flexível e aberto a exceções quando conviesse.

E é neste contexto que o historiador e dramaturgo viria a destacar-se no campo das Letras e do Direito. De ideias claras e personalidade assertiva, Rebello foi um dos intelectuais portugueses mais empenhados em assumir a sua posição

progressista e crítica em relação ao regime, inclusive defendendo, na sua qualidade de advogado, os direitos de presos políticos julgados nos tribunais salazaristas. Como jurista de reconhecida fama em matéria de direitos de autor, dirigiu durante trinta anos a Sociedade Portuguesa de Autores e, entre 1983 e 1985, foi deputado independente no grupo parlamentar do Partido Comunista Português, colaborando na preparação do *Código do Direito de Autor e Direitos Conexos*. Como literato, ensaísta e teórico respeitado, a sua produção monumental foi pioneira em colmatar a ignorância portuguesa sobre os novos rumos do teatro europeu e nacional. Como dramaturgo de talento e sólida construção dramática, escreveu e traduziu peças ao longo de mais de sessenta anos, tendo a sua obra original mais madura reunida nos dois volumes de *Todo o teatro* (1.º, 1999; 2.º, 2006). A este propósito, sublinhem-se as valiosas recensões da crítica mais conceituada dispersa em periódicos e diários ao longo do tempo, a que se juntam as obras mais recentes de José Oliveira Barata (1999 e 2010), Maria Helena Serôdio (2000, 2004, 2012, 2017) e António Braz Teixeira (2006 e 2020)<sup>8</sup>.

No que ao teatro diz respeito, estreou-se com peças para um público juvenil encenadas por Francisco Ribeiro no começo dos anos 40 e representadas no Teatro Nacional D. Maria II (*A lição do tempo*, 1943, e *O ouro que Deus dá*, 1944) e no Teatro da Trindade (*Jogo para um Natal de Cristo*, 1945). A viragem acontece em meados da década, quando vários autores – o jovem Luiz Francisco Rebello, o maduro Vasco de Mendonça Alves e outros –, reúnem em tertúlias regulares em casa de Gino Saviotti, ensaísta e director do Instituto Italiano de Cultura, entusiasmados com a ideia de haver uma renovação da cena portuguesa, que se arrastava entre estéticas finiseculares e propostas comerciais ou convencionais. Apesar das diferenças

---

<sup>8</sup> Também nos debruçamos sobre o assunto, beneficiando do saber dos exegetas que nos antecederam e acrescentado as nossas reflexões (v. referências bibliografia).

ideológicas, artísticas e pessoais dos fundadores, lá ganhou asas a aventura «vanguardista» do Teatro-Estúdio do Salitre (1946-1950), num espaço cedido por Saviotti no palacete da Rua do Salitre. Este «teatro de ensaio» assumido, com o seu próprio manifesto programático, pensado para a experimentação de novas tendências, foi alinhando o repertório e passou a apresentar os espectáculos naquele designado «micro teatro», por ser até mais pequeno do que os «teatros de bolso» que iam florescendo fora de Portugal. E nesse território estrangeiro na capital, onde se esperaria não haver interferências da Censura, a 16 de Janeiro de 1947 foi apresentada a «fábula» *O mundo começou às 5,47*, horário este que aludia ao desembarque das tropas aliadas na Normandia para combater contra o exército alemão e as potências do Eixo a 6 de Junho de 1944. A peça de Luiz Francisco Rebello tinha um título simbólico, foi encenada pelo autor, que também representou o papel de si próprio, mas teve a sua carreira interrompida por uma proibição que não se fez esperar. Nem tardou muito o naufrágio do projecto em si, devido à incompatibilidade das posições dos seus membros, que se sobrepôs ao ideal comum, levando ao seu encerramento. No entanto, ficou registado o êxito de *O mundo começou às 5,47* e do Teatro-Estúdio do Salitre junto da crítica, que na peça veria sinais de um teatro absurdista lusitano, e na ousadia do colectivo um marco que desbravou o caminho para posteriores cometimentos congéneres, como os arrojados grupos fundados por António Pedro: Os Companheiros do Pátio das Comédias (1948) e Teatro Experimental do Porto (1953).

Em 1951 a peça *O dia seguinte*, redigida em finais dos anos 40, de acordo com o processo depositado na Torre do Tombo, foi proibida de ser representada no Teatro da Trindade, mas em 1952 foi autorizada pela censura interna do Teatro Nacional D. Maria II e anunciada na imprensa como tendo ensaios em curso. Foi porém proibida na véspera da estreia por, nesse mesmo dia, um periódico ter captado a atenção dos leitores sobre a presença de «Um comunista no Teatro Nacional». Eduardo Brazão (comissário em funções responsável pela censura interna naquela instituição)

viu-se forçado a proibi-la. A estreia absoluta decorreu em 1953 no parisiense Théâtre de la Huchette, em versão francesa de Claude-Henri Frêches, pisando a seguir os palcos de outros países e nos seus respectivos idiomas, levando Eduardo Brazão a reconsiderar a decisão. Curiosamente, apesar do levantamento do veto, a quem a quisesse representar era negada a esperada permissão. Questionado pelo autor sobre o argumento, o Inspector-Geral dos Espectáculos explicou: «A sua peça não pode representar-se porque o ofício que tem em seu poder diz que foi levantada a proibição, mas não diz que foi autorizada a representação» (Rebello in Azevedo 1997: 204). Posteriores diligências reverteram aquele fundamento oblíquo indefensável.

Ainda na década de 50 a censura foi oscilando nos seus veredictos sobre as peças do dramaturgo. Não houve amputações nos casos de *Alguém terá de morrer* (TNDM II, 1956) e *Os pássaros de asas cortadas* (Teatro da Trindade, 1959), mas foi aprovada com cortes *É urgente o amor* (TEP, 1958); quanto aos pedidos de representação de duas peças redigidas em colaboração com Armando Vieira Pinto – *Quarta feira de trevas* (Teatro Monumental, 1956) e *Tu e eu somos quatro* (RTP, 1959, «aprovada com alterações») – não conseguimos rastrear pistas que atestem a sua ida à cena.

Com os oposicionistas a quererem afastar Salazar do poder e os movimentos independentistas das colónias em foco a nível internacional, o regime não queria largar nenhuma das presas, pelo que a vigilância e a repressão agudizaram no começo dos anos 60 com as trágicas guerras nas Províncias Ultramarinas.

Na metrópole, por outro lado e quanto ao teatro, houve uma das mais entusiasmantes experiências da época pela criação do Teatro Moderno de Lisboa (1961-1965)<sup>9</sup>. A sua maior ambição dizia respeito à apresentação de dramaturgia

---

9 Deveu-se a um núcleo inicial de actores constituído por Carmen Dolores, Armando Cortez, Fernando Gusmão e Rogério Paulo, a que outros rapidamente se juntariam (cf. Lívio 2009).

contemporânea de qualidade e, ao estrear-se com *O tinteiro* (1961), de Carlos Muñiz, teve um êxito retumbante que chamou a atenção da Censura sobre todas as propostas do repertório posterior. Como faziam outros agrupamentos, a nova empresa tentou distrair os censores enviando vários pedidos de representação em simultâneo, mas nem sempre conseguia ultrapassar o filtro letal. Em 1964 falhou a tentativa de representação de *Condenados à vida*, de Luiz Francisco Rebello, reprovada pela Censura, e a peça foi substituída por uma de Shakespeare; após a rejeição de *Júlio César*, foi autorizada *Dente por dente* (*Measure for measure*), na «versão muito livre» do autor/adaptador com recursos do teatro brechtiano. Em Janeiro de 1965 a companhia, ao levar à cena *O render dos heróis*, de José Cardoso Pires, amostra de assimilação da lição do dramaturgo alemão interdita dois anos antes ao Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, agora vigiada e proibida para itinerância, o exausto colectivo de actores resolveu fechar as portas. Um mês mais tarde, em Fevereiro, consumava-se o assassinato de Humberto Delgado, general da Força Aérea candidato da oposição que fez tremer o regime nas eleições presidenciais de 1958, perdidas a favor de Américo Tomás devido ao boicote fraudulento dos resultados. Nesse mesmo ano, a Sociedade Portuguesa de Escritores distinguiu no género da novela *Luuanda* (1963), de Luandino Vieira, presumido «terrorista» preso no campo de concentração do Tarrafal, causando a indignação dos conservadores e levando, no mês de Maio, facínoras e agentes da PIDE ao assalto, destruição e encerramento da sede, seguindo-se a extinção da entidade e a prisão dos membros do júri responsáveis pela votação<sup>10</sup>. Em Setembro, um grupo de intelectuais convidado a participar no Congresso Europeu de Escritores em Roma protesta com

---

10 Cf. Rebello in Azevedo (1995), Valdemar (2015) e «<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/extincao-da-sociedade-portuguesa-de-escritores/>».

veemência contra aquela retaliação brutal, e a retorsão imediata – o óbito civil dos participantes – não se fez esperar:

Qualquer referência aos seguintes escritores é para cortar – Luís Francisco Rebello, Urbano Tavares Rodrigues, Sofia de Melo Breyner Andersen, Francisco de Sousa Tavares, Mário Sacramento, Fausto Lopo de Carvalho, José Augusto França, Jorge Reis, Natália Correia, Manuel Cardoso Mendes Atanásio, Alexandre Pinheiro Torres, Augusto Abelaira, Fernanda Botelho, Manuel da Fonseca e Jacinto Prado Coelho. Estes nomes são cortados. Estes escritores morreram! (*Apud* Príncipe 1994: 10)

As hostilidades não demovem o dramaturgo e jurista do seu comprometimento com a cultura e a história do seu tempo, mantendo a determinação, verticalidade e competência que muitos lhe penhoraram. E já em 1971, ao ser convidado para dirigir, criar uma companhia residente e organizar o repertório do Teatro Municipal São Luiz, não se deixou intimidar pela proibição de *A mãe*, de Witkiewicz, já em ensaios, com a demissão do cargo, seguido pelos funcionários do teatro, logo no ano seguinte. Depois de Abril manteve-se engajado e solidário em prol da arte, dos artistas e intelectuais do país.

Empenhado numa intervenção de amplo espectro no teatro, Luiz Francisco Rebello desempenhou ainda um papel influente na sua qualidade de mediador cultural de excepção, ao traduzir mais de quatro dezenas de títulos de autores estrangeiros respeitados e marcantes no teatro moderno e contemporâneo (v. Zurbach 2013). No entanto, a acção dos censores mantinha a sua desconfiança e nem sempre as peças transitaram pacificamente para o palco<sup>11</sup>. Houve textos aprovados com

---

11 As informações sobre as peças originais e sobre as traduções/adaptações de L. F. Rebello baseiam-se nos dados disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo («<https://digitalq.arquivos.pt/>»).

cortes e/ou alterações: *A hipócrita*, de Emlyn Williams (1952); *Dias felizes* e *Um anjo entrou pela janela*, de Claude-André Puget (em 1952 e 1953, respectivamente); *O burro do Barba Azul*, de Miguel Mihura (1955); *O baile*, de Edgard Neville (1959). Outros de início foram proibidos e mais tarde liberados com cortes: *Foi apenas um devaneio*, de Armand Salacrou (vetado em 1959 e aprovado com amputações dez anos mais tarde, para ser montado pela Empresa Vasco Morgado) e a comédia *O ovo*, de Félicien Marceau («inicialmente proibida (?) e depois aprovada com cortes»<sup>12</sup> em 1965, foi representada no Teatro Villaret em 1973). Entre as peças totalmente censuradas contam-se *A intrusa*, de Maurice Maeterlinck (1958); *Saudades da Berta*, de Tennessee Williams (1961); *Um caso sem importância*, de Armand Salacrou (1962) e *Cathleen Nivhoulihan*, de William Butler Yeats (1963). Nem escaparam as adaptações de peças portuguesas – *Os maridos paraltas e as mulheres sagazes*, de Nicolau Luís (1964), e *Auto da natural invenção*, de António Ribeiro Chiado (1969-70) – autorizadas após cortes.

Finalizamos estas páginas<sup>13</sup> reenviando para a obra de Maria Helena Serôdio sobre Luiz Francisco Rebello, em especial para um texto (2017: 95-104) onde são recordadas ocasiões emblemáticas da sua militância antifascista e da oposição à Censura, «seja nas suas intervenções públicas, na sua prática teatral, na sua escrita de peças de teatro ou na sua historiografia teatral». Aliás, a oportuna exposição que o Museu do Neo-Realismo lhe dedicou ainda em vida, *Os autos da vida de Luiz Francisco Rebello* (Santos 2010), deixou patente o perfil do homem, do cidadão e escritor actuante, permitindo reconhecer-lhe os traços na longeva e fecunda existência, apesar, e muito além, da sentenciada morte civil.

---

12 «<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4322329>».

13 O texto retoma partes já abordadas em Fadda 2024 (no prelo), sobretudo as que incidem sobre a Censura em Portugal, a fim de contextualizar o tema anunciado no título.

Pelas palavras e acções faz-se a leitura de uma pessoa, pela coerência entre elas e as suas finalidades mede-se-lhe a estatura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, Cândido de (1997). *Mutiladas e proibidas: Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- (1999). *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Barata, José Oliveira (1991). *História do teatro português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- (1999) «[Introdução:] O teatro de uma vida». In Luiz Francisco Rebello. *Todo o teatro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Biblioteca de Autores Portugueses, pp. 9-33.
- (2010). «Uma inquieta serenidade». In Luísa Duarte Santos (org. e coord. editorial). *Os autos da vida de Luiz Francisco Rebello*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira/Museu do Neo-Realismo. pp. 27-34.
- Brandão, José (2012). *Livros proibidos nos anos da ditadura de 1933 a 1974*. Acessível em «[https://bibliblogue.files.wordpress.com/2012/04/200412livrosproibidos33\\_74.pdf](https://bibliblogue.files.wordpress.com/2012/04/200412livrosproibidos33_74.pdf)».
- Carreira, Laureano (1988). *O teatro e a censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cardeira, Fernando Mariano (2021). *Crónica de uma Deserção: Retrato de um País*. Lisboa: Âncora Editora.
- (2024). *Memórias da ditadura: Sociedade, emigração, resistência*. Concepção de Daniel Bastos, pref. José Pacheco Pereira; ed. pt/en, trad. Paulo Teixeira. Apoio da Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril.
- Carvalho, Alberto Arons de & António Monteiro Cardoso (1971). *Da Liberdade de Imprensa*. Lisboa, Portugal: Meridiano.

- Carvalho, Alberto Arons de (1973). *A censura e as leis de Imprensa*. Lisboa: Seara Nova. Que País?
- (1999). *A censura à imprensa na época marcelista*. Coimbra: Edições Minerva.
- Castrim, Mário (1996). *Televisão e censura*. Porto: Campo das Letras.
- Fadda, Sebastiana (2006). «A dramaturgia de Luiz Francisco Rebello: Do Teatro-Estúdio do Salitre às significações do palco». In *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura em Portugal, Nova série, n.º 1, pp. 261-291.
- (2007). «Recensão ao livro *Todo o teatro* de Luiz Francisco Rebello». Prelo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Jan./Abril, pp. 119-122.
- (2008). «Recensão aos livros *Teatro romântico português. O drama histórico* (org. Luiz Francisco Rebello), e *Teatro romântico brasileiro* (org. Duarte Ivo Cruz)». Prelo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Maio/Agosto, pp. 115-120.
- (2010). «Luiz Francisco Rebello: O teatro de uma vida, uma vida no teatro». In Luísa Duarte Santos (org. e coord. editorial). *Os autos da vida de Luiz Francisco Rebello*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira/Museu do Neo-Realismo, pp. 35-48.
- (2012). «O fulgor duma inteligência apaixonada: Imagens da dramaturgia de Luiz Francisco Rebello». *Sinais de cena*, n.º 17. Revista da APCT em colaboração com o CET. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus. Junho, pp. 19-32.
- (2024). «Cultivo da cegueira e teatro silenciado no Estado Novo». Comunicação apresentada no Simpósio Internacional "Teatro e ditadura no século XX: contextos ibéricos". Corunha. Universidade da Corunha. 30-31 de Junho. No prelo (ed. prevista para 2025).
- Ferrão, Manuela; Oliveira, Susana; Fonseca, Teresa (org.) (2015 (2005)). *Livros proibidos no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República. (3.ª ed. revista)
- Lívio, Tito (2009). *Teatro Moderno de Lisboa (1961-1965): Um marco na história do teatro português*. Em colaboração com Carmen Dolores. Lisboa: Editorial Caminho.

- Rebello, Luiz Francisco (1977). *Combate por um teatro de combate*. Lisboa: Seara Nova. Argumentos.
- (1999). *Todo o teatro*. Introdução de José Oliveira Barata. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Biblioteca de Autores Portugueses.
- (2004). *O passado na minha frente: Memórias*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- (2006). *Todo o teatro*. Vol. II. Prefácio de António Braz Teixeira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Biblioteca de Autores Portugueses.
- (2007). «É verdade. Mas... Duas proposições sobre a censura», *Sinais de cena*, n.º 7. Revista da APCT em colaboração com o CET. Porto: Campo das Letras. Junho, pp. 47-52.
- (2009). «Vozes silenciadas, vidas proibidas: A censura e o teatro», *Sinais de cena*, n.º 12. Revista da APCT em colaboração com o CET. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus. Dezembro, pp. 9-10.
- Santos, Graça dos (2002). *Le spectacle dénaturé: Le théâtre portugais sous le règne de Salazar 1933-1968*. Pref. Robert Abirached. Paris: CNRS Éditions.
- (2004). *O espectáculo desvirtuado: O teatro português sob o reinado de Salazar (1933-1968)*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Santos, Luísa Duarte (org. e coord. editorial) (2010). *Os autos da vida de Luiz Francisco Rebello*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira/Museu do Neo-Realismo.
- Serôdio, Maria Helena (2000). «Luiz-Francisco Rebello: O lugar da consequência», *Cadernos: Revista de Teatro*, Companhia de Teatro de Almada, Almada, n.º 16, Junho, pp. 37-42.
- (2004). «Dramaturgia». In Fernando J. B. Martinho (coord.). *Literatura portuguesa do século XX*. Lisboa: Instituto Camões, pp. 95-141.
- (2011). «Luiz Francisco Rebello (1924-2011): Uma despedida 'provisória'...». *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa. 28 de Dezembro, pp. 6-7.

- (2012). «Luiz Francisco Rebello: O escândalo da clareza», *Sinais de cena*. Revista da APCT em colaboração com o CET. Vila Nova de Famalicão: Húmus, n.º 17, Junho, pp. 51-55.
- (2017). «Luiz Francisco Rebello e a censura: Diálogos com a História». *Sinais de Cena*. Revista do CET com a colaboração da APCT. Série II, n.º 2. Lisboa: Orfeu Negro, pp. 95-104.
- Teixeira, António Braz (2006). «Prefácio breve e talvez inútil». In Luiz Francisco Rebello. *Todo o teatro*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Biblioteca de Autores Portugueses, pp. 7-16.
- (2020). «Luiz Francisco Rebello dramaturgo e historiador do teatro português». In *A vida imaginada: Textos sobre teatro e literatura*. Lisboa: MIL Movimento Internacional Lusófono, pp. 108-118.
- Valdemar, António (2015). «Maio de 65, o encerramento da Sociedade de Escritores». *Jornal Público*. 20 de Maio. Disponível em: «<https://www.publico.pt/2015/05/20/culturaipsilon/opiniao/maio-de-65-o-encerramento-da-sociedade-de-escritores-1696108>» (último acesso 25.09.2024).
- Zurbach, Christine (2013). «A tradução de teatro segundo Luiz Francisco Rebello». *Sinais de cena* n.º 19. Revista da APCT em colaboração com o CET. Vila Nova de Famalicão: Húmus. Junho, pp. 64-68.

## SITIOGRAFIA

- «<https://arquivos.rtp.pt/>»
- «<https://digitarq.arquivos.pt/>»
- «<https://www.dramaonline.pt/pt/>»
- «<https://teatroproibidox.com/home/>»
- «<https://www.teatroproibido.ulisboa.pt/indexFirst.jsp>»
- «<https://www.teatroproibidoxix.letras.ulisboa.pt/teatro/indexFirst.jsp>»